

A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR

Carine de Souza Almeida (IC) e Adriana Rodrigues Domingues (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackenzie

Resumo

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com estudantes de Direito, em uma universidade privada da cidade de São Paulo, a respeito das ações afirmativas e das políticas de cotas raciais. O objetivo da pesquisa foi analisar as práticas discursivas acerca do impacto das ações afirmativas no cotidiano de alunos universitários, com o intuito de compreender o que os jovens pensam sobre a implantação das políticas de cotas raciais dentro da universidade. Para isto, foram analisados o discurso de nove estudantes que ingressaram de modos diferentes na universidade, sendo eles três pagantes, três prounistas brancos e três prounistas negros. A pesquisa possibilitou observar que os prounistas apresentaram uma visão positiva e politizada acerca da política de cotas, em detrimento do grupo dos pagantes que se posicionaram contra as cotas raciais, revelando o alheamento de reflexão resultando na reprodução de discursos meritocráticos. Tal fato deixa em evidência que as questões das cotas raciais ainda fomentam grandes discussões em relação a constitucionalidade desta política, apontando para uma necessidade de debates acerca da multiculturalidade como um meio de comunicação a respeito das diversidades culturais.

Abstract

This paper reports the results of a research conducted with law students, in a private university at São Paulo, regarding affirmative action and racial quotas policy. The survey analyses the discursive practices concerning the impact of affirmative action on the daily life of university students in order to understand what young people think about the implementation of racial quota policies within the university. To do so, were analyzed the speech of nine students who were admitted of different ways. Being them, three non-scholarship students, three black scholarship holders and three caucasian scholarship holders. The research allowed to observe that the students who integrate the Brazilian social program called "PROUNI", which provides scholarships, showed positive and politicized vision about the quota system. On the other hand, the students who do not integrate the social program showed to be against the racial quotas. In any manner, they revealed the absence of reflection about the subject and the reproduction of meritocratic arguments. The study allowed observe that the issues of racial quotas still promotes great discussions about the constitutionality of this policy, pointing to a

necessity of debates about multiculturalism as a means of communication about the cultural diversities.

Keywords: affirmative action, social quotas, higher education.

INTRODUÇÃO

Para a elaboração deste artigo, toma-se como ponto de partida a implantação da política de cotas raciais dentro das instituições de ensino superior. De acordo com as normas do Programa Universidade para Todos (ProUni), entre os critérios de inclusão no programa, são considerados apenas uma avaliação do nível socioeconômico dos candidatos, desconsiderando-se a dimensão étnico-racial (Brasil 2015). Nesta pesquisa, pretendeu-se analisar as práticas discursivas acerca do impacto das ações afirmativas no cotidiano de alunos universitários, com o intuito de compreender o que os jovens pensam sobre a implantação das políticas de cotas raciais dentro da universidade.

As ações afirmativas são medidas destinadas a grupos discriminados e vitimados em decorrência da exclusão social e tem como finalidade superar as distorções socioeconômicas que foram historicamente consolidadas, a fim de eliminar a desigualdade e a segregação entre as diversidades étnico, raciais, sociais e de gênero. Tais ações se inserem em diversos âmbitos, por meio de políticas públicas que propiciam a estes grupos uma participação direta na saúde, educação, trabalho, rede de proteção social, reconhecimento social e educação (VIEIRA, 2007).

A Lei nº 12.711 dispõe sobre a política de ação afirmativa e foi sancionada em 29 de Agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Aborda a questão da política de cotas dentro das universidades públicas do Brasil, e prevê 50% das vagas em instituições e universidades federais para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*. No Art. 4º prevê a implantação das políticas de cotas raciais, que serão preenchidas por indivíduos autodeclarados negros, pardos e indígenas, em proporção da população da unidade da Federação, baseado no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

O secretário da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Paulo Speller, afirmou em seminário na Câmara dos Deputados, que os estudantes negros ocupam metade das bolsas ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (Brasil, 2015). Desde o início do projeto já foram cedidas 1,27 milhão de bolsas, sendo que cerca de 635 mil foram destinadas a estudantes negros.

Porém, esses avanços ainda não são suficientes para atender toda a demanda, de acordo com a análise de dados da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Apesar de ter aumentado a frequência de estudantes negros entre 18 a 24 anos no ensino superior, passando de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011, é notório

uma disparidade em relação aos estudantes brancos, que em 2001 representavam 39,6% e em 2011 já atingia 65,7%.

No Brasil há uma expressiva presença demográfica de afrodescendentes, de acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amstras de Domicílios, 2013). Em dez anos aumentou-se o número de sujeitos autodeclarados negros e pardos, que juntos representam 53% da população total no Brasil. Tal fato torna-se contraditório quando afirmado que um grupo, que constitui mais da metade da população brasileira, são discriminados e visto como uma minoria.

Tendo em vista o grande número de debates acerca da política de cotas raciais no Brasil, que é bem extenso e divergente, Domingues (2003) em seu artigo “Chega de esperar: Cotas para Negros já!”, selecionou alguns argumentos utilizados pelos indivíduos que se posicionam contra as cotas raciais. A temática da meritocracia está fortemente vinculada aos respectivos discursos, ao defenderem que deve haver a predominância daqueles que são mais competentes e eficientes por si só. Tal argumento é desconstruído a partir do momento em que se vive em uma sociedade marcada pela contrariedade de classe, gênero e raça, cujas oportunidades não aparecem de modo equivalente para todos.

Outro ponto é a ideia de que todo brasileiro é mestiço, portanto, não seria fácil definir quem é negro. Domingues (2003) afirma que, do ponto de vista biológico, grande parte da população mundial é mestiço, e que essa construção serve para amortecer o choque racial, já que a questão vigente é a discussão de critérios políticos e ideológicos, a partir das relações que ocorrem no meio social.

Analisando a questão do preconceito em seu contexto sócio-histórico, foi constatado que por muito tempo se sustentou o discurso da democracia racial no Brasil, por meio do qual se afirmava que negros e brancos mantinham um convívio passivo, livre de preconceitos. De acordo com Bossi (2004), o mito da democracia racial estava fortemente vinculado com o compromisso acadêmico, cujas teses teriam que manter essa veracidade ideológica. Em seu artigo cita os resultados da pesquisa “Negros e brancos em São Paulo”, os quais revelam a autenticidade do preconceito racial lado a lado com o preconceito de classe, comprovando a constituição da discriminação dentro da sociedade brasileira.

Dentro desse panorama, é fundamental reconhecer que na história social do Brasil, durante o período escravagista, formou-se uma poderosa cultura racista que perpetuou ao longo dos séculos. De acordo com Franklin (2000), era aceitável a ideia de que culturas mais desenvolvidas tinham o direito de comandar as culturas denominadas inferiores, tal ato de dominação foi aos poucos se naturalizando, e o debate sobre o assunto passou a ter um caráter místico que foi fortemente defendido pela igreja Católica. Nascimento (2007) afirma

que está desigualdade, fruto de uma herança histórica que se originou no período colonial, encontra-se fortemente arraigado nos dias atuais, dentro das dinâmicas constitutivas desta sociedade.

De acordo com Franklin (2000), a identidade do afrodescendente está fortemente demarcada pela cor da pele. As características fenotípicas operam de forma inerente a raça e condição social, levando o sujeito a introjetar o julgamento estigmatizado de inferioridade não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relação às condições socioeconômicas, em benefício da concentração de renda e prestígio social do grupo dominante. Franklin (2000) também cita a cultura de branqueamento, cuja elite se identifica como tal e é vista como modelo de superioridade étnica em detrimento ao negro. A mídia relata muito bem esta distinção, dispõe em suas novelas papéis predestinados aos brancos e negros, sendo que estes últimos são delegados a papéis de submissão e são minoria no elenco. As escolas também propagam estes valores, legitimando a dominação branca e mostrando os povos africanos como “tribos” estáticas no tempo.

Diante desses fatos, a legitimação da identidade afrodescendente torna-se tênue, pois estão diante de uma sociedade cujas representações sociais sobre o negro ganham autonomia e existência própria, devido à desvinculação de sua gênese histórica. Verifica-se, desta forma, a cristalização das ideologias e a formação de uma espécie de memória coletiva que irá embasar as próximas vivências.

A fim de ampliar a compreensão sobre os prejuízos constituídos ao longo do tempo devido ao preconceito racial, Diesse (1992) traz em seus estudos dados estatísticos que comprovam a desigualdade entre trabalhadores negros. Independente da região analisada foi observada que a taxa de desemprego entre trabalhadores negros é maior em relação ao branco. Os dados demonstraram que 6,6% de brancos e 7,7% de negros estão em situação de desemprego.

É válido ressaltar que o rendimento da população negra em contraponto com a branca é sistematicamente inferior em quaisquer que sejam os atributos consideráveis. Conforme o resultado do PNAD/2001, em um panorama geral do Brasil, a população branca recebia salários 196% maiores em relação às famílias negras. Diante dessa situação, jovens e crianças tendem a deixar os estudos para auxiliar na complementação da renda das famílias, retroalimentando essa sistematização da mão de obra desqualificada predominante entre as famílias negras (DIESSE, 1992).

A Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2015) é um órgão que coordena e articula a formulação de leis e o acompanhamento de políticas públicas, com foco na inclusão racial no conjunto das ações do governo. A SEPPIR atua nos âmbitos da

educação, trabalho e cooperativas através de projetos de intervenção. Na área da educação, um dos projetos é o Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), em que dá a concessão de bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação, que pertençam ao grupo das ações afirmativas de ingressos na universidade, e dá prioridade para a população negra. Na área do trabalho, um dos projetos vigentes é o Plano Nacional de Comércio e Serviços para Profissionais Afrodescendentes (PLANSEQ/Afrodescendentes), e tem como objetivo qualificar cerca de 25 mil pessoas em todo território nacional com cursos técnicos de Empreendedor Individual, Cuidador de Pessoas, Eletricistas, Gerente de Supermercado, Recepcionistas entre outros.

Essa realidade evoca uma tomada de posição de toda a sociedade brasileira e, conseqüentemente, demanda ações políticas a fim de amenizar este impacto histórico, presente nas diversas dinâmicas sociais, sejam nas instituições políticas, sociais, culturais e econômicas.

Pautado nos dados apresentados, o presente trabalho problematiza a abrangência do ProUni quanto a adoção apenas de políticas sociais, considerando que negros e pardos estão concentrados nas classes sociais mais baixas. Ao se estabelecerem reservas de vagas baseadas em critérios socioeconômicos, esses grupos seriam imediatamente incluídos? Existem outros mecanismos que deveriam ser feitos para garantir o acesso do negro à universidade?

Para compreender essas questões, a presente pesquisa analisou as práticas discursivas de jovens universitários sobre a questão das cotas raciais, com o intuito de fortalecer a ideia da igualdade racial, e analisar qual o espaço do ensino superior na vida dos jovens com foco em uma sociedade mais democrática, igualitária e comprometida com as situações de desigualdade social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada seguindo o método de análise das práticas discursivas. Segundo Spink (2004), as práticas discursivas podem ser compreendidas como um sistema de produção de sentido fundamentado em uma perspectiva interacional, cujo conhecimento e experiência se dá pelos momentos compartilhados, ou seja, dar sentido ao mundo não é uma mera atividade cognitiva formada individualmente, tampouco a reprodução de um modelo social predeterminado. O fato é que damos sentido através da linguagem em ação, isto é, a maneira que os sujeitos produzem sentido e se situam nas relações cotidianas.

Em outras palavras, é um modo de interpretar e pensar o cotidiano a partir dos diferentes grupos sociais, já que cada comunidade carrega discursos distintos pautados em

suas experiências cotidianas, sendo assim, um mesmo fenômeno social pode gerar diferentes versões e muitas vezes incompatíveis quando analisado com outros grupos, portanto, pode-se concluir que as práticas discursivas são polissêmicas, e os repertórios interpretativos que foram historicamente constituídos possibilita os sujeitos as variadas vivências de uma mesma situação (SPINK, 2004).

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturada compostas por quatro eixos temáticos: análise histórica do sujeito, facilidades e dificuldades que enfrentaram para ingressar na graduação, as experiências vivenciadas dentro da universidade e a práticas discursivas do sujeito sobre as ações afirmativas, em especial, a política de cotas raciais.

Tais questões foram abordadas com o auxílio de um roteiro que direcionou o foco do diálogo sem perder o caráter subjetivo da entrevista, permitindo analisar e avaliar qual o papel que as políticas de cotas representam em suas vidas e, sobretudo, comparar as vivências dos grupos dentro da universidade.

Os participantes foram escolhidos pelo fato de serem estudantes de Direito de uma tradicional instituição de ensino superior do país, fundada em 1870, localizada em Higienópolis, bairro nobre da capital Paulista, cujo valor médio das mensalidades é em torno de 1.850,00 reais (referência 1ºsem/2016). Em relação ao curso, foi fundado em 1953 e é considerado um dos três melhores do Estado, com ampla credibilidade e reconhecimento no mercado de trabalho.

Ao todo, nove estudantes foram entrevistados, com o intuito de desvelar as práticas discursivas presentes no cotidiano de alunos universitários a respeito das ações afirmativas, priorizando, a políticas de cotas raciais no ensino superior. Neste sentido, ao abordar o tema das cotas universitárias, o estudo das representações possibilita os diferentes posicionamentos acerca desta temática.

A escolha dos sujeitos se deu mediante aos seguintes critérios: em função do caráter exploratório, participaram 9 (nove) sujeitos de ambos os sexos, estudantes do curso de Direito da unidade de ensino em pauta. Destes nove participantes, seis ingressaram na Universidade através de cotas sociais, sendo que, três se auto referem como brancos (PB), e três se auto referem como negros ou pardos (PN), e três que entraram de modo pagante (PA). Todos têm mais de dezoito anos e no mínimo um ano de estudo ativo dentro da Universidade. São eles:

Pedro, homem, branco, 21 anos, cursa o 5º semestre. Estudou em escola privada desde o ensino Sempre estudou em escola privada até o momento atual. Ingressou na universidade após cursar seis meses de cursinho pré-vestibular, até sua admissão na universidade.

Joana, mulher, branca, 23 anos, cursa o 9º semestre. Sempre estudou em escola privada até o momento atual. Ingressou na universidade assim que finalizou o ensino médio.

Clara, mulher, branca, 22 anos, cursa o 8º semestre. Sempre estudou em escola privada até o momento atual. Ingressou na universidade após cursar seis meses de cursinho pré-vestibular, até sua admissão na universidade.

Thamires, mulher, branca, 31 anos, cursa o 3º semestre. Cursou Letras durante oito anos, porém, não concluiu a graduação. Fez um ano de cursinho comunitário da USP, e entrou na universidade através do Prouni.

Lais, mulher, branca, 19 anos, cursa o 3º semestre. Estudou em escola privada como bolsista até o fundamental II; o ensino médio foi concluído em escola pública. Fez seis meses de cursinho em uma instituição privada, obtendo bolsa de estudos de 70%. Ingressou na universidade através do Prouni.

Guilherme, homem, branco, 21 anos, cursa o 3º semestre. Sempre estudou em escola publica. Assim que conclui o ensino médio, saiu de sua cidade natal e mudou-se para São Paulo em busca de melhores oportunidades de estudo. Trabalhou durante dois anos e fez cursinho comunitário no centro acadêmico de Direito da USP. Ingressou na universidade através do Prouni.

Helena, mulher, negra, 20 anos, cursa o 4º semestre. Estudou em escola privada como bolsista integral. Foi aprovada em Direito pelo Prouni e em Medicina assim que concluiu o ensino médio. Optou pelo curso de Direito devido a participação em projetos sociais vinculados a comunidade negra. Relata que essa experiência despertou nela um senso de justiça que buscava desenvolver ao longo do curso.

Davi, homem, negro, 22 anos, cursa o 3º semestre. Sempre estudou em escola publica até o momento atual. Assim que formou no ensino médio mudou-se para São Paulo. Trabalhou em uma empresa de telefonia por dois anos. Fez cursinho comunitário. Passou em Filosofia pelo SISU na Unifesp, porém, perdeu o prazo de inscrição. Neste mesmo período, passou em Direito pelo Prouni, entretanto houve equívocos em relação a documentação, todavia, após seis meses conseguiu ingressar na universidade.

Angelica, mulher, negra, 20 anos, cursa o 3º semestre. Seus estudos foram intercalados entre a escola pública e privada com obtenção de bolsa de estudos. Antes de ingressar no cursinho comunitário, trabalhava em uma loja no shopping, porém, precisou parar com o intuito de dar continuidade aos estudos. Seis meses depois conseguiu ingressar na universidade pelo ProUni.

É válido ressaltar que todos os nomes citados nesta pesquisa são fictícios, buscando preservar a verdadeira identidade dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos discursos apontou diferenças significativas na trajetória de vida dos sujeitos até o ingresso na universidade. Observou-se que, enquanto os três alunos pagantes estudaram em escolas privadas, sendo que dois precisaram fazer seis meses de cursinho antes de ingressarem no curso.

Os prounistas tiveram um percurso diferente, três dos seis entrevistados concluíram o ensino fundamental e médio integralmente em escola pública, dois mesclaram os estudos na escola pública e privada com bolsa integral, e apenas Helena estudou integralmente em escola privada com bolsa, sendo esta é a única que não precisou fazer cursinho pré-vestibular para ingressar na universidade.

Para os demais, entrar numa universidade não foi tão simples, como no caso de Davi e Joana, que tiveram que conciliar a árdua rotina do trabalho com os estudos, sendo que esta teve que abdicar do seu emprego, como se pode ver na fala abaixo:

"Eu trabalhava em shopping antes de vir pra cá, trabalhava muito, aí comecei a fazer cursinho, passou alguns meses e tive que escolher entre o cursinho ou o trabalho, porque não era capaz de fazer os dois, era impossível, não tinha tempo de estudar trabalhando, então resolvi ficar só no cursinho, se desse tudo errado voltaria a trabalhar novamente." (Angélica, 20 anos, PN)

Outro ponto importante, apontado por Davi na entrevista, foi o nível de complexidade do vestibular da Universidade de São Paulo (USP), que não contempla a realidade do ensino oferecido aos estudantes da escola pública. Entretanto, citou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como um grande democratizador do acesso ao ensino superior no Brasil, pois, através desta prova, que é realizada na cidade ou nas redondezas mais próximas do estudante, abre um grande leque de oportunidades para ingressar na universidade, seja através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa de Universidade para Todos (ProUni) ou pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

"Eu queria fazer faculdade numa universidade pública, mas assim, cheguei a prestar o vestibular da USP, mas a prova dele é surreal, eu não sei qual é a realidade que eles abarcam naquele vestibular, pois não é a realidade do preto, pobre e da periferia, ou os brancos da periferia também, e eu não consegui passar nem pra segunda fase, mas ao mesmo tempo eu consegui entrar aqui, que é uma das melhores universidades, então eu vejo o Enem como um grande responsável pela democratização do ensino superior, porque se não fosse esta bolsa, não estaria aqui." (Davi, 22 anos, PN)

A preocupação com a questão social ficou evidente no relato de todos os entrevistados, quando questionados sobre as motivações que levaram os estudantes na escolha do curso. Dentro deste panorama, foi possível observar que os fundamentos que nortearam as decisões de todos os grupos foram bem semelhantes, por meio do qual buscaram conciliar o senso de justiça com uma vida financeira estável, como se observa no trecho da entrevista abaixo:

"Escolhi este curso porque eu tenho a oportunidade de usar em prol do social, sempre quis trabalhar de um jeito que parece "utópico", de querer mudar a sociedade dentro do possível e ganhando dinheiro." (Joana, 23 anos, PA)

No entanto, a perspectiva para as questões sociais foi uma variante notória, isto ocorre pois, segundo SPINK (2004), dos diferentes contextos sociais emergem conteúdos e sentido distintos, nos quais os sujeitos compreendem e lidam com o mundo a partir deste repertório, e cujas informações assimiladas são um misto entre o tempo longo, que antecede a vivência pessoal, e o tempo vivido, que são ressignificados a partir do processo de socialização primária e secundária.

Tal fato fica evidente quando questionados a respeito do que sabiam sobre as ações afirmativas. De acordo com Munanga (2014), é de se esperar que esta temática fomenta grandes polêmicas e discussões, indicando que a realidade "ainda vive entre o mito e os fatos", e na qual o mito ainda é visto como verdade. O autor acrescenta que este perfil pertence a uma parcela considerável da população.

Tendo como base o discurso dos entrevistados, as respostas obtidas, foram bem diferentes, no grupo dos pagantes, por exemplo, nenhum dos três entrevistados souberam explicar o significado das ações afirmativas.

"Não tenho ideia do isso significa." (Pedro, 21 anos, PA)

"Não conheço nada." risos (Joana, 23 anos, PA)

"Não sei o que é." (Clara, 22 anos, PA)

Em contrapartida, no grupo dos prounistas apenas Lais não soube explicar o significado, porém, os demais, em consonância com Spink (2004), teceram seu discurso na interface dos tempos, se aproximando dos conteúdos históricos e posicionando-os em sua sentença, e pautando-o no processo de socialização e diálogos que presenciaram ao longo da vida. Tal fato fica evidente no relato de Helena:

"Devido ao contexto histórico e social no qual a gente vive, onde eu também estou inserida, principalmente por ser uma mulher negra, as questões das ações afirmativas são muito importantes, porque de certo modo elas procuram reparar um dano ao qual nos foi causado no passado e que tem os

seus reflexos até hoje. Então os privilégios e lucros que as pessoas brancas possuem são reflexos da exploração dos negros no passado, e nós temos consequências deste reflexo da escravidão até hoje, então as ações afirmativas vem pra reparar este dano causado no passado. " (Helena, 20 anos, PN)

De acordo com Rozas (2009), a implementação do sistema de cotas no ensino superior rompe com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico mantido ao longo do tempo, fomentando inúmeros debates em torno da constitucionalidade desta política, como as questões raciais, os princípios de igualdade, a ideologia do embranquecimento e a desigualdade socioeconômica, temáticas polêmicas que dividem opinião da população até hoje.

A dicotomia entre os discursos dos entrevistados, de acordo com Osorio (2004), deixa em evidencia, sobretudo, o racismo institucionalizado que se perpetuou ao longo do tempo e transpassa a imagem de uma democracia igualitária, sutilmente maquiada e difundida pela população, que ocorre pela pseudo passividade entre as relações e ausência de conflitos diretos. Diante deste cenário, é comum se deparar com sujeitos reproduzem este discurso ideológico. Como no caso de Joana e Pedro.

"Eu sou a favor em partes, porque assim, as cotas sociais, que envolvem dinheiro, escolaridade da pessoa, aquela que vem de escola pública, é o que realmente é interessa, agora sobre a cor da pele, eu acho que é muito relativo isso, porque tem pessoas que eu conheço, que estudaram comigo, e são negras, então eu acho que entrar numa faculdade por causa de cor da pele, acho que é um pouco de discriminação, sabe? Tipo, eles falam "Ah, tem que dar oportunidade pros negros", mas eu acho que isso é uma das formas de você continuar discriminando, porque assim, como vão deixar uma pessoa entrar na universidade pela cor da pele e não pelo mérito? Não sei, acho bem relativo isso." (Joana, 22 anos, PA)

"As cotas raciais me deixam meio, mais ou menos, acho as cotas sociais mais interessantes, mas como não conheço direito, não posso opinar muito, mas ainda assim prefiro as cotas sociais." (Pedro, 21 anos, PA)

O fato é que a democracia racial é um mito, inúmeros dados estatísticos já desmitificaram esta ideologia, entretanto, o poder do discurso resiste e perpetua por gerações, como uma verdade única e indiscutível, principalmente entre a classe mais abastada que não tem contato direto com a realidade das estatísticas (ROZAS, 2009)

Em contrapartida, o grupo dos prounistas apresentou uma visão positiva sobre as cotas, especialmente em relação as cotas raciais, defendendo argumentos consistentes, pautados no processo sócio histórico e na experiência pessoal. Como se pode observar no relato de Thamires e Helena.

"As pessoas falam: 'Ah, se você insere cotas raciais estará ajudando a aumentar o preconceito.' Mas na verdade estamos criando um meio paliativo para ajudar aquele que não tem condições a se manter na mesma base daqueles que sempre tiveram auxílios. Então, esses 10% de cotas não vão tirar seu estudo, se você estudou e teve a oportunidade de chegar lá, não serão as cotas que irão atrapalhar seu caminho." (Thamires, 31 anos, PB)

"Eu acho que já tinha passado um pouco da hora, acho que o que a gente sofre dentro desta sociedade racista, machista e homofóbica, acho que já era tempo sabe, porque já sofremos tanto, então temos que estar aqui, e se hoje estou aqui, não é por mim, é por causa de 400 anos que os mesmos que eu passaram, então acho que esse reparo tem que ser feito, não é uma questão de dar um privilégio ou fazer um favor, é obrigação do estado em relação a história do meu povo." (Helena, 20 anos, PN)

Outro ponto que se destacou durante as entrevistas foi a questão da inserção dos prounistas dentro da universidade. De acordo com Moraes (2011), a inclusão consiste na garantia do acesso, permanência e produtividade do aluno no decurso da graduação, entretanto, o autor alerta para a precariedade das ações promovidas pelo MEC e pelas instituições de ensino que aderiram ao programa, para assegurar a permanência dos bolsistas, já que a mensalidade gratuita não garante a continuidade do aluno, tendo este que arcar com outros custos como alimentação, moradia, fotocópias, transporte, etc.

As críticas referentes ao processo de inclusão foram unânimes. Os prounistas citaram várias questões que dificultam a inserção, além de frisarem um ponto importante, pois esta universidade em específico não aderiu ao sistema de Bolsa Permanência, que, segundo o Ministério da Educação (MEC), é um benefício destinado exclusivamente para as despesas educacionais do aluno. Outro ponto citado é a instabilidade do governo em relação aos programas vinculados às ações afirmativas, gerando certa incerteza e ansiedade em relação à continuação seus estudos. Tais questões podem ser analisadas nos relatos de Guilherme e Thamires:

"Os processos de inclusão daqui são horríveis, porque assim, eu tenho o ProUni, mas o ProUni tem uma política de inclusão para você se manter dentro da universidade e aqui no [XXXX] não tem isso, e tirando o ProUni, existem várias pessoas que precisam de bolsa, mas não conseguem. Não tem auxílio nenhum da faculdade, então para mim o processo de inclusão econômico é muito ruim, porque eles dão a bolsa, mas as condições para você ter acesso a esta bolsa não. Por exemplo, eu sou de outro estado, e se tivesse uma pessoa que não conseguisse se manter aqui em São Paulo? Eu ainda estou tendo o privilégio de poder ficar aqui, mas e quem não pode?" (Guilherme, 21 anos, PB)

"Acho que deveriam ter mais projetos, o governo agora deu uma parada, e sinceramente fico com medo de que retirem o ProUni. Minha amiga perdeu o Fies semestre passado, é uma dor de cabeça pra renovar, parece que eles de dão com uma mão e te tiram com outra, a gente vive sempre com muito

medo do que vai acontecer, então acho que deveriam haver mais políticas, e as políticas existentes deveriam ter um edital certo, do tipo, você fechou uma coisa comigo, então não pode mais romper esse contrato, porque a minha graduação depende disso, e essa instabilidade me desestabiliza, me deixa preocupada, ansiosa [...]." (Thamires, 31 anos, PB)

Como apresentado anteriormente, a universidade em pauta é uma instituição de referencia da burguesia paulistana, logo, o acesso aos bens de consumo locais se correlacionam com a condição econômica do público-alvo, entretanto, não abarcam a realidade de todos os estudantes. Tal ponto influencia em múltiplas demandas, desde os custeios com as necessidades básicas, como alimentação, transporte e moradia, até os tipos de relacionamentos que irão se estabelecer durante a graduação. Tal fato pode ser constatado na fala de Angélica:

"Achei meio estranho chegar aqui e ver que era quase um shopping, tem muita gente que também acha isso, e eu achei isso meio surreal (risos), tipo o padrão de vida dos meus amigos são completamente diferentes do meu, é absurdamente diferente, tem uma menina na minha sala que vai passar o final de semana em Nova York, assim, numa boa, como se fosse visitar uma cidade vizinha. Fora as casas né, são muito diferentes, tem umas que parecem um palácio." (Angélica, 20 anos, PN)

O fato é que a universidade tem um padrão que transpassa o custo de qualquer auxílio que o governo possa dar. Os alunos pagantes são majoritariamente brancos, compartilham um modo de vida uniforme, partindo das vestimentas, corte de cabelos, linguajar, até os ambientes frequentados. Dentro desta perspectiva, de acordo com Osorio (2004), a cor da pele tem um grande impacto social ainda serve como símbolo de discriminação existente, embora os atos explícitos de discriminações sejam proibidos no Brasil, o preconceito em função da pele continua a se desenvolver. Tal fato fica claro na fala de Thamires, quando reconhece que está isenta dos olhares preconceituosos enquanto circula pela universidade.

"Eu posso passar como uma pagante aqui, porque sou branca, mas se falar: 'Olha gente, sou prounista' as pessoas já ficam meio assim, e se falar: 'Eu sou pobre', é muito diferente." (Thamires, 31 anos, PB)

Neste sentido, basta ser negro para estar sujeito ao preconceito. Munanga (2014) afirma que "o outro existe antes de tudo por seu corpo", sendo este o principal indicativo de qual realidade ele irá pertencer, e reafirma que, apesar do conceito de raça não existir biologicamente, ainda é presente no contexto sócio histórico, produzindo vítimas em diversas circunstâncias. O autor conclui alertando que "essa realidade social da raça, que continua a passar pela geografia dos corpos, não pode ser ignorada" (p.41). Esse fato fica explícito na fala de Davi, ao relatar seu cotidiano na universidade.

"A primeira impressão da universidade foi um baque, porque eu uso black, uso minha barba e tenho meus trejeitos, e assim, isso foi um choque pra eles. Mas ainda assim acho muito estranho estar no [XXXX] todos os dias, porque é como se a universidade gritasse pra você que não deveria estar aqui, que você não faz parte desse universo." (Davi, 22 anos, PN)

Diante deste contexto, o estigma corporal acarreta vantagens e desvantagens, permeando a construção da identidade dos brasileiros. O ideal de ego branco europeu acaba por despertar uma aversão e auto rejeição por parte do indivíduo negro, já que "o expurgo da cor tem uma dimensão nociva quando atinge a esfera do corpo", sendo assim, a criança, desde cedo, está sendo socializada para "o silêncio e submissão", e é levada a aceitar o espaço que lhe é atribuído, "de rejeição e de menor valia." (FERREIRA e CAMARGO, 2011)

Os coletivos formados dentro da universidade que englobam interesses comuns dos grupos, tem se mostrado muito eficiente para a permanência dos alunos. De acordo com Ferreira e Camargo (2011), os coletivos permitem que os sujeitos consigam dar vozes aos sentimentos oprimidos, promovendo um espaço potencial para o autoconhecimento, além de proporcionar a possibilidade de entrar em contato com suas origens afrodescendentes, favorecendo o resgate de sua gênese. Além disso, as relações mantidas pelo grupo são transformadoras, os objetivos em comuns ali compartilhados são acompanhados de afetividade, constituindo um ambiente empático e acolhedor, como se pode observar na fala de Davi e Helena:

"O dia a dia no [XXXX] tornou-se mais fácil depois que eu me aproximei de amigas negras, aliás é importante ressaltar que estar com mulheres feministas negras é muito importante para o meu desenvolvimento pessoal, para o meu bem-estar dentro da universidade, e para a desconstrução de muitas coisas." (Davi, 22 anos, PN)

"(...) no segundo semestre engajei no coletivo negro do [XXXX], onde conheci meus amigos, participei da mesa juntos com outros ativistas, então foi bom por isso, encontrei meu lugar, onde nunca imaginei me encontrar." (Helena, 20 anos, PN)

Diante deste fato, o empoderamento pessoal é fundamental para a emancipação e autonomia do sujeito. Kleba e Wendausen (2009) dividiram os processos de empoderamento em duas etapas, são elas: a dimensão psicológica e política. A primeira faz referência ao processo de autorreconhecimento, "proporcionando a autovalorização e auto estima"; a dimensão política "implica nas transformações das estruturas sociais", com base na ressignificação dos dispositivos de poder, visando a transformação social, de modo que o sujeito tenha autonomia para atuar tanto nos espaços micro e macropolíticos. Diante deste cenário, as relações constituídas favorecem a autoafirmação política identitária, dando ao

corpo uma personalidade. O depoimento de Davi deixa claro como se dá o processo de empoderamento e reconhecimento.

Se entender como negro é perceber que você está numa sociedade racista, é perceber que seu deixar meu cabelo grande e black não é feio, ele não é uma bucha de Bombril como muitos falam (...) É olhar no espelho e não ter vergonha daquela imagem que você está vendo (...) é ir num bar e não se sentir menos que os outros (...) depois que você se empodera vai percebendo a violência do Estado para com os negros, o extermínio do Estado com o negro na periferia, como que os negros são subjugados e subalternizados ao longo da história e ainda hoje. (Davi, 22 anos, PN)

Frente ao preconceito é necessário criar meios para reconhecer que o Brasil foi colonizado a partir de múltiplas culturas, e que não cabe aqui a ideia de unidade cultural, instituída pelo neoliberalismo. Sendo assim, o melhor caminho "é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade", que inclui todas as diversidades culturais, ou seja, parte-se do pressuposto de que nenhuma sociedade moderna é fixa, e estão suscetíveis a transformações e construções em recorrência das novas experiências. É inviável conviver em um coletivo que engloba apenas um código de lei, religião ou etnia, a melhor direção é aquela que acompanha a dinâmica da sociedade por meio de reivindicações das comunidades, e, neste caso, não mais pela questão racial, que foi o responsável por estagnar o debate sobre a diversidade sociocultural no Brasil (MUNANGA, 2010).

Para Munanga (2010), enquanto não abrirem espaços para debater as práticas racistas, xenofóbicas e religiosas, a intolerância irá se perpetuar, assim como as desigualdades. Neste sentido, vê-se a importância de "de implementar políticas que visem ao respeito e ao reconhecimento da diferença, centradas na formação de uma nova cidadania, através de uma pedagogia multicultural" contribuindo para a construção de uma pedagogia de paz.

Portanto, não basta apenas incluir as cotas raciais nas universidades, é preciso criar estratégias para que a cultura afrobrasileira também seja englobada, cujo enfoque, tem que vir desde a educação básica, por meio da qual crianças e adolescente tenham contato desde cedo, durante seus estudos, com diferentes versões da história, e não mais apenas pelas versão eurocentrista e da igreja católica, de modo que o processo de ensino e aprendizagem acolha todas as culturas de modos iguais, e ao nomear os processos sócio históricos, criar espaços para debater a gênese do multiculturalismo na sociedade (CARPENEDO e LORENZENT, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos textos que serviram de referência para este estudo e da análise das entrevistas, percebe-se que o debate entorno das questões das cotas raciais nas universidades ainda fomenta grandes discussões e aponta para diferenças significativas entre os discursos dos pagantes e prounistas.

Partindo da premissa metodológica utilizada para análise e desenvolvida por Spink (2004), fica evidente a ideia de que o modo de pensar e interpretar as relações sociais são divergentes e estão pautadas em processos sociohistóricos. Diante deste cenário, um mesmo fenômeno, neste caso, as cotas raciais, pode gerar diferentes versões, como constatado na análise acima.

Um aspecto desta pesquisa, em específico, que se sobressaiu, é que os estudantes que se posicionaram contra a implantação das cotas raciais são brancos, são oriundos de escolas privadas, que possuem, desde cedo, um tutor responsável por custear suas finanças estudantis, sendo assim, não faz necessário o uso de programas sociais desenvolvidos pelo governo, contrastando com a realidade do grupo que se posicionou a favor, que estudaram em escolas públicas, ou como bolsista integral, e que dependem do auxílio governamental para dar continuidade aos seus estudos.

Em relação a compreensão das ações afirmativas pelos participantes, o grupo dos alunos pagantes não soube explicar o significado, mas ao mesmo tempo, se posicionou contra as cotas raciais sem o discernimento de que a política de cotas na universidade foi implantada por intermédio das ações afirmativas. Diante deste fato, a ausência de informações acerca das ações afirmativas por parte de um determinado grupo revela a ausência de reflexão e a reprodução de discursos meritocráticos que silenciam as vozes de grupos discriminados e vitimados em decorrência da exclusão social.

Frente a esta problemática, fica claro que o estabelecimento de reservas de vagas baseados em critérios socioeconômicos não é suficiente para garantir o acesso da população negra na universidade, visto que o número de vagas oferecidas pelo ProUni é insuficiente para abarcar toda demanda. Tal fato ficou evidente durante a coleta de dados, considerando que a pesquisadora apresentou dificuldades em encontrar prounistas negros para colaborar na pesquisa. Portanto, a implementação das cotas raciais na universidade privada ainda é de suma importância para a efetivação do princípio de equidade, garantindo a redução da histórica desigualdade social e econômica existente entre negros e brancos.

Munanga (2010) salienta a necessidade de reconhecimento das diferenças raciais por meio do multiculturalismo, de modo que se reconheça a coexistência de várias culturas em

um mesmo território e se promova o encontro destas, ocasionando um ambiente favorável para o debate visando o aumento da percepção e compreensão da realidade. Outro ponto relevante é a importância dos coletivos dentro da universidade, visando promover o encontro e empoderamento dos grupos perante as questões raciais. Entretanto, a questão fundamental ainda permanece colocada: qual o meio mais eficaz para a inclusão racial nas universidades?

Embora os objetivos desse estudo tenham sido cumpridos, é importante considerar as limitações metodológicas desta pesquisa, principalmente em relação ao tamanho da amostra e a uma instituição de ensino específica. Desta maneira, entende-se a necessidade de outras pesquisas que considerem a utilização de uma amostra mais significativa que inclua alunos de outros cursos e instituições, possibilitando resultados mais consistentes em relação as práticas discursivas acerca do impacto das ações afirmativas e da implantação das políticas raciais na universidade.

REFERENCIAS

BRASIL. Decreto de lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acessado em: 05 de Maio de 2015

BOSSI, A. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. Estud. av. vol.18 no.50 São Paulo, 2004

CAMARGO, A.C; FERREIRA, R.F. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. Psicol. Cienc. Prof. Vol.31 no.2, Brasília, 2011.

CARPENEDO, V. D; LORENZET, D. Multiculturalismo, intercultura e as políticas de ações afirmativas. IX Andep Sul, Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos; Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial; Centro de Solidariedade AFL-CIO. Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho. São Paulo: 1999.

DOMINGUES, P.J. Chega de esperar: Cotas para negros já!. Revista Espaço Acadêmico – Ano III – Nº27 – Agosto/2003

FRANKLIN. R.F; Afro Descendente - Identidade em construção. Rio de Janeiro/ São Paulo 1º ed, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010961811202012185527900054.pdf>> Acessado em: 06 Maio de 2015

KLEBA, M, E; WENDAUSEN, A. Emponderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4. 2009.

MORAES, F.A.A. O Prouni e a promoção da inclusão social. Âmbito Jurídico, v. 92, p. 1-13, 2011.

MUNANGA, K. Considerações sobre o debate nacional a respeito do multiculturalismo na escolar e das cotas no Ensino Superior. DF, ano XX, n 46, Jun 2010.

MUNANGA, K. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade: revista da cultura política*. V.4, n.1. Jul 2014.

NASCIMENTO, VIEIRA J.G.; SANTOS, I. *Diversidade e Ações Afirmativas*, 1º ed. Lapa: Centro de Articulação de População Marginalizada, 2007.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (ProUni). Processo seletivo 2015/1. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/imprensa/2015/apresentacao_prouni.pdf> Acessado: 10 de Maio de 2015

OSORIO, R.G. *A mobilidade social dos negros brasileiros*. Ipea, Brasília, Agosto de 2004.

ROZAS, B. L. *Cotas para negros nas universidades publicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do principio constitucional da igualdade*. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SPPIR): *Ações e programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas*. Disponível em: <<http://seppir.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-afirmativas#plansecafro>> Acessado em 04 de Maio de 2015

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. *Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Contatos: carine.s.a@hotmail.com e adriana.domingues@mackenzie.br